

“SÓ POR QUE NÃO SOU QUILOMBOLA!” : REFLETINDO SOBRE RELAÇÕES RACIAIS EM UM CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

joelma rodrigues da silva¹

RESUMO : Somente nos últimos quinze anos, o racismo foi tomado como elemento permanente na agenda da Universidade de Brasília-UnB. Em toda sua história, os debates sobre relações raciais/racismo foram “subterrâneas”, transversais e/ou, limitadas à ação de alguns pesquisadores em alguns Departamentos. Em razão disso, não foram capazes de atingir a comunidade acadêmica e tampouco, extrapolá-la. Finalmente, o debate – historicamente presente na agenda dos Movimentos Negros – aconteceu e continua acontecendo. Cabe-nos questionar/pensar as formas assumidas por tal debate, pelas ações de inclusão racial e de enfrentamento ao racismo. Proponho pensar, aqui, suas formas no campus da Universidade de Brasília na cidade de Planaltina-DF (FUP – Faculdade UnB Planaltina). Para tanto, apresentaremos um perfil racial das/dos estudantes da unidade e afunilaremos para o perfil racial das/dos estudantes do curso de Licenciatura em Educação do Campo – LedoC/FUP. Em seguida iremos pensar a respeito de algumas reações de estudantes (negros e não negros) da LedoC/FUP, quando da realização de um debate cujo objetivo foi articular “Questão agrária e Questão racial no Brasil”.

PALAVRAS –CHAVE: Educação do Campo; Racismo; Brancura; Meritocracia.

SOBRE A FACULDADE UNB PLANALTINA-FUP

A Faculdade UnB Planaltina, inaugurada no dia 16 de maio de 2006, faz parte do planejamento estratégico de expansão da Universidade de Brasília cujo propósito não se limita à ampliação da oferta de vagas no ensino superior gratuito de boa qualidade para a população do Distrito

¹ Joelma Rodrigues da Silva, é doutora em História pela Universidade de Brasília-UnB, professora da Faculdade UnB Planaltina – FUP, membro do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros –NEAB/UnB, professora do Mestrado Profissional de Povos e Terras Tradicionais – MESPT do Centro de Desenvolvimento Sustentável-CDS/UnB.

Federal e seu Entorno, objetiva também a implantação de cursos superiores comprometidos com o desenvolvimento regional. A Faculdade UnB Planaltina, de acordo com o *site* da instituição, possui,

(...)dentre seus princípios norteadores, a preocupação em oferecer uma formação profissional comprometida com a realidade regional, para resgatar e valorizar sua cultura, identificar seus problemas socioeconômicos e apontar as possíveis soluções.

São oferecidos quatro cursos de graduação (Gestão Ambiental, Gestão do Agronegócio, Ciências Naturais e Licenciatura em Educação do Campo) e quatro de pós-graduação (Programa de pós-graduação em Ciências de Materiais; Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural-MADER; Mestrado Profissional em Ensino de Ciências e, Mestrado Profissional em Gestão Pública). Trata-se, pois, de um campus pequeno que, no período de 2012 a 2015, teve 1.189 estudantes ingressantes em suas graduações.

PERFIL RACIAL DAS/DOS ESTUDANTES DA FACULDADE UNB PLANALTINA

Embora a mais simples observação do campus da Faculdade UnB Planaltina – FUP, assegure-nos a presença de um significativo número de estudantes não-brancos, as informações raciais presentes nas inscrições/matriculas não são suficientes para confirmá-la. Atribuímos esse fato a algumas especificidades da instituição. Há, para a FUP, uma reserva das vagas para moradores/as da região, há ainda uma reserva para aqueles/as que frequentaram escolas públicas, assim é provável que muitos/as dos/as estudantes optem por essas vias que lhes garantem o conforto de não identificar-se racialmente².

² De acordo com o site da FUP :” Com a implantação do campus UnB Planaltina, a universidade apresenta, pela primeira vez, um programa de inserção social que favorece os moradores da região, válido para aqueles que cursaram o ensino médio em qualquer escola da região. A intenção do programa é fixar em

Tal suposição sustenta-se no fato de, com a inclusão das chamadas “cotas sociais”, vimos uma tremenda redução de candidatos para as “cotas para negros/as” em todos os cursos da Universidade de Brasília- UnB. Há, como se sabe, um profundo desconforto em identificar-se com o grupo racialmente oprimido, então, face a outras possibilidades, descarta-se a identificação racial.

A suposta brancura dos cursos da FUP, é então, construída desde uma série de silenciamentos e produz uma hierarquização sórdida, uma vez que é aceita como um dado natural. “Negros” são os outros, os/as que usam cabelo natural, que se auto identificaram enquanto tais, a brancura – esse capital simbólico – possui um valor inestimável em um campus pequeno, de uma cidade periférica e tradicional situada em uma região economicamente voltada para o agronegócio.

A brancura, capital simbólico e material, garante uma série de privilégios àqueles que não partilham de marcadores étnicos-raciais de não-brancos (negros e indígenas), ocorre que a sociedade brasileira não questiona/discute esse predicado, tal *esquecimento* constitui-se em um impedimento histórico acerca das vantagens derivadas da dita brancura, de acordo com Ana Flauzina, disso resulta a possibilidade efetivada de “inviabilizar a construção de uma história que dê conta das defasagens e dos privilégios,

Planaltina as pessoas compromissadas com o desenvolvimento da região.O programa de inserção social se refere ao processo seletivo e aos cursos oferecidos – bacharelado em Gestão do Agronegócio e licenciatura em Ciências Naturais. No vestibular, consistirá em um acréscimo, na nota final, de 20% dos pontos obtidos pelo candidato nas provas objetivas. Esse programa será aplicado, no entanto, somente para quem for classificado no vestibular. Com isso, serão favorecidos os candidatos que tenham cursado as três séries do ensino médio em qualquer escola das seguintes cidades abaixo:- Brazlândia/DF;- Planaltina/DF;- Sobradinho/DF;- Sobradinho II/DF;- Água Fria de Goiás/GO;- Cabeceiras/GO;- Formosa/GO;- Planaltina de Goiás/GO;- Vila Boa/GO;- Buritis/MG. Para garantir o benefício, é necessário ter os históricos escolares das três séries do ensino médio, acompanhados de uma declaração ou certificado da escola, atestando sua localização.

convertendo as desigualdades em sina e, finalmente, apropriando-se das vantagens como direitos” (FLAUZINA,2006:38)

No campus, é possível observar um silêncio hostil que atravessa as relações entre estudantes negros/as e não-negros/as. Em conversas informais, algumas estudantes relataram o que nomearam como “desconforto” no convívio com estudantes não-negros/as, afirmaram ser questionadas sobre a forma de ingresso nos cursos³ e, do pouco “espaço” existente para o estabelecimento de relações sociais fora do campus⁴. Afinal,

Já tem sido fartamente explicitado que nas sociedades da diáspora africana o racismo se desenvolve estabelecendo o que W. E. B. Du Bois definiu como “linha de cor”. Ou seja, sob o racismo, uma separação (segregação) é feita a partir da cor da pele das pessoas, permitindo aos mais claros ocuparem posições superiores na hierarquia social, enquanto os mais escuros serão mantidos nas posições inferiores, independentemente de sua condição (ou seus privilégios) de gênero ou quaisquer outros. Note-se que a linha de cor, ainda que guarde certa flexibilidade em relação às diferentes tonalidades, reivindicará e resguardará, nas disputas cotidianas e gerais, o lugar de privilégio sempre para o mais claros.(GELEDES,s/d:12)

A “linha de cor” é um recurso acionado para possibilitar ingressos e trânsitos em espaços historicamente interditados. Ao lado desse recurso, as diversas intervenções estéticas são recursos visíveis que fortalecem a construção desse *eu ideal*, compreendido como racialmente neutro, por ser – simplesmente – não-negro.

PERFIL RACIAL DAS/DOS ESTUDANTES DA LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO – FUP

A Licenciatura em Educação do Campo-LEdoC, recebe estudantes de comunidades rurais (projetos de assentamento da reforma agrária e comunidades quilombolas, especificamente comunidades Kalunga

³ De acordo com essas estudantes, os/as colegas queriam saber se haviam ingressado pelo sistema de cotas raciais para negros/as, implementado pela UnB em 2003.

⁴ As estudantes referiam-se a convites para festas e outros eventos/programas. As expressões aspeadas foram usadas por essas estudantes.

do estado de Goiás). O curso de Licenciatura em Educação do Campo-LEdoC, é o curso com o maior número de estudantes negros da Universidade de Brasília- UnB, ainda assim, se tomarmos o universo discente da universidade de acordo com José Jorge de Carvalho (CARVALHO,2014:7), em janeiro de 2014, os/as estudantes negros/as representavam 23% do total de discentes nos cursos de graduação da Universidade de Brasília (7.778 negros em uma população de 33.795 graduandos), o que é ainda pouco, face ao perfil racial da sociedade brasileira(50% de pessoas pretas e pardas) E do Distrito Federal (56%).

O curso de Licenciatura em Educação do Campo – LedoC, é – sem dúvida – o curso mais enegrecido de toda a Universidade de Brasília –UnB. Obviamente isso decorre da origem de seus/suas estudantes: são oriundos/as de assentamentos da reforma agrária e quilombolas das comunidades Kalunga de Goiás.

Embora poucos sejam – de fato – brancos, os pardos dos mais diversos matizes, recusam, sistematicamente, o pertencimento ao grupo negro. Muito já se falou acerca do racismo à brasileira, é um racismo de ‘marca’, um racismo que parte do fenótipo. Não nos deteremos nessa discussão. O que nos interessa registrar é que, em uma população majoritariamente não branca, ainda somos capazes de observar como as relações se estabelecem entre o ‘nós’ imaginário da brancura e ‘eles’, os que têm a pele escura. No racismo à brasileira,

(...) podemos enfatizar notadamente o significado e a importância atribuídos à miscigenação ou mestiçagem no debate ideológico político que balizou o processo de construção da identidade nacional e das identidades particulares. Nesse debate de ideias, a miscigenação, um simples fenômeno biológico, recebeu uma missão política da maior importância, pois dela dependeria o processo de homogeneização biológica da qual dependeria a construção da identidade nacional brasileira.(MUNANGA,2014:10)

Embora ocupem o alojamento da faculdade, os/as estudantes da LEdoC pouco circulam no campus. Ao contrário de estudantes dos outros cursos, não têm disponibilidade de tempo para experienciar as diversas atividades que são oferecidas na/pela Universidade⁵. As especificidades da Licenciatura em Educação do Campo-LedoC promovem um isolamento dos discentes em relação à vida universitária.

O DEBATE “QUESTÃO AGRÁRIA E QUESTÃO RACIAL NO BRASIL”

O debate “Questão agrária e Questão racial no Brasil”, deu-se no contexto da “II Jornada Universitária de Apoio à Reforma Agrária da UnB”, ocorrido entre os dias 06 e 10 de abril de 2015, nos *campi* da Universidade de Brasília em Planaltina (FUP) e Darcy Ribeiro, em Brasília.

Quando da primeira edição da jornada, em 2014, observamos um profundo silêncio a respeito da íntima relação entre os termos: “Direito à terra”, “Questões agrárias” e “Questões étnico-raciais”, tal observação levou-nos a propor, quando da organização da segunda jornada, que se reservasse uma tarde para que pudéssemos discutir o tema, o que efetivamente aconteceu em 09 de abril no auditório da UAC- FUP. Compunham a mesa, a Dra. Ana Catarina Zema de Rezende, que versou sobre territorialidade indígena e judicialização, Dr. César Augusto Baldi, da Procuradoria Geral da República que articulou territorialidade indígena e quilombola e Ms. Givânia Conceição Silva da SEPPIR, abordando territorialidade quilombola e educação.

⁵ Por se tratar de um curso que funciona em regime de alternância, todo o Tempo Universidade é composto por aulas, não havendo tempo para envolvimento em atividades extra-classe, ofertadas pela Universidade de Brasília em seus quatro *campi* (Brasília, Ceilândia, Gama e Planaltina).

A riqueza das informações, dados e análises trazida pelos palestrantes, exigem outro texto para apresentá-los. A presença e participação dos/das estudantes das turmas da LEdoC (turmas 5 e 7)⁶ e de estudantes de uma turma do curso de Ciências da Natureza da FUP, abrilhantou o evento. Foram mais de três horas de aprendizado mútuo, o que nos reafirmou a certeza da centralidade dos debates sobre relações étnico-raciais para a compreensão de questões fundamentais para a sociedade brasileira contemporânea.

Compõe nosso senso comum, pensar a universidade como aberta, no sentido de abrigar e possibilitar um sem número de posicionamentos que, devido a seu caráter democrático e universalista, promoveria a formação de cidadãos capazes de lidar com as diversidades. Essa, no entanto, é uma universidade imaginada, sonhada... a universidade concreta, é palco de disputas, luta-se por poder e prestígio, luta-se pela imposição de projetos de mundo que poucas vezes se revelam, de fato, antagônicos.

A diversidade dos corpos docente e discente deve ser percebida como um dos maiores patrimônios que uma universidade pode possuir. Trata-se mesmo de um capital. No entanto, quando nos deparamos com posturas racistas, sexistas e/ou homofóbicas, por exemplo, vemo-nos obrigadas/os a re-pensar nossas práticas pedagógicas e políticas. Afinal, no que toca às relações raciais, na sociedade brasileira,

(...) um branco é apenas e tão somente o representante de si mesmo, um indivíduo no sentido pleno da palavra. Cor e raça não fazem parte dessa individualidade. Um negro, ao contrário, representa uma coletividade racializada em bloco – cor e raça são ele mesmo. (CARONE,2014:23)

Se, educadoras/es e estudantes, não são capazes de ver/identificar práticas racistas, é preciso que se insista na criação de espaços para que tais questões tenham maior visibilidade. Ocorre que, essa

⁶ No curso de Licenciatura em Educação do Campo – LEdoC/UnB, a seleção (vestibular) é anual e as turmas são numeradas. Em 2015, teve início a turma de número 8.

“maior visibilidade”, longe de aparar arestas, pode afiá-las, por trazer à tona aquilo que é – o mais secretamente possível – preservado em nossa sociedade.

O debate sobre o racismo e questão agrária foi muito bem-sucedido em seus propósitos. Tão bem sucedido que, algumas reações posteriores (que o apreenderam de forma negativa) devem, também, ser tomadas como positivas (em termos foucaultianos, produtivas), por não nos referimos a um “racismo individual”, trata-se – como ocorre em outras esferas – de “racismo institucional”.

Isso significa que as instituições encontram-se estruturadas de tal modo, que o racismo encontra-se naturalizado, não é questionado, não é percebido/entendido como um construto e sim como um dado que preexiste à instituição e às relações que se estabelecem em seu interior. A isso chamamos racismo institucional,

compreenderemos o racismo institucional, também denominado racismo sistêmico, como mecanismo estrutural que garante a exclusão seletiva dos grupos racialmente subordinados - *negr@s*, indígenas, *cigan@s*, para citar a realidade latino-americana e brasileira da diáspora africana - atuando como alavanca importante da exclusão diferenciada de diferentes *sujeit@s* nestes grupos. Trata-se da forma estratégica como o racismo garante a apropriação dos resultados positivos da produção de riquezas pelos segmentos raciais privilegiados na sociedade, ao mesmo tempo em que ajuda a manter a fragmentação da distribuição destes resultados no seu interior.(GELEDES,s/d:17)

“Vamos para o Darcy⁷ que lá as aulas são para brancos” , “É muito difícil ser branco/a na LEdoC, tudo aqui é para os negros”, “A gente tem que falar dos brancos que também sofrem”. Falas exemplares, quando nos debruçamos sobre as relações étnico-raciais na universidade e, em particular, na LEdoC-FUP. Há, ainda, outras falas: “Só se fala de negros” (estudantes não-negros, homens e mulheres) e, “Só se fala de mulheres” estudantes homens, negros e não-negros).

⁷ Chama-se Darcy Ribeiro, o primeiro campus da Universidade de Brasília – UnB, situado na Asa Norte do Plano Piloto- Brasília.

A existência das licenciaturas em educação do campo é de fundamental importância quando pensamos no reconhecimento de uma dívida histórica para com as populações e povos não-urbanos. As políticas para a educação quilombola, indígena e de outros povos tradicionais, são inquestionáveis quando pensamos (e defendemos) políticas de reparação (Ações Afirmativas). Vale ressaltar que essas políticas educacionais são, não apenas recentes, como também, uma das poucas políticas de reparação existentes no Brasil.

Entendemos existir uma lacuna advinda de uma perspectiva que, historicamente, insiste em privilegiar o recorte de “classe” em detrimento dos dois outros eixos que estruturam a sociedade brasileira : a raça/etnia e o sexo/gênero/geração. Entendemos, também, que a sociedade brasileira é incompreensível – no que ambicionamos ser sua totalidade – sem que atentemos para as complexas articulações que se estabelecem entre esses três eixos. O mundo contemporâneo provou-nos que não há equidade possível quando quaisquer um desses eixos é ignorado ou, minimizado/secundarizado.

Exemplo recente e significativo para as reflexões da(s) esquerda(s) e dos progressistas em geral, é o relatório à respeito das desigualdades raciais em Cuba, autorizado pelo governo Raúl Castro e publicado em 2007. De acordo com Ricardo Matheus Benedicto, em prefácio ao livro de Carlos Moore “O marxismo e a questão racial: Karl Marx e Friedrich Engels frente ao racismo e à escravidão”,

Este documento revela, pela primeira vez ao público, o resultado das pesquisas feitas pelo regime e pelas universidades, ao longo dos últimos 25 anos, mas mantidos em sigilo até agora. (BENEDICTO,2014:52)

É preciso, então, situar as falas-reações das/dos estudantes. De início, relevamos quatro (04) esquecimentos:

1) As categorias raça e/ou etnia, devem ser apreendidas como construções discursivas, logo, históricas, não-naturais, não-biológicas;

2) Só é possível compreender tais construtos, pensando a partir de “relações”, posto que são conceitos “relacionais” : não há como pensar o ‘branco’ sem o ‘preto’ e vice-versa, do mesmo modo que seria um equívoco pensar a ‘mulher’ sem o ‘homem’ (isso se aplica a todos os binarismos)

3) Historicamente, temos pensado a “questão racial” tomado como ponto de partida o povo preto como foco de nossas reflexões, dessa forma, naturalizamos – por sequer questionarmos – o ‘ ser branco’;

4) A identificação do indisfarçável incomodo provocado pela centralidade exigida pelas questões raciais expõe o lugar do branco-brasileiro em uma obviedade gritante: “Por que falar sobre ELES ou ouvi-los AGORA?”

O que podemos inferir acerca desses quatro pontos? A ausência/minimização/secundarização do debate o interior da LEdoC/FUP, reforça a ideia das pessoas negras como “beneficiários passivos/silenciosos” de políticas públicas levando à sua negação enquanto agente/sujeito histórico.

O incômodo, porém, já era visível e audível, antes da realização do debate. O atraso irresponsável do pagamento das bolsas de estudo, promovido pelo Ministério da Educação-MEC no primeiro semestre letivo de 2015⁸, re-acendeu uma disputa onde a expressão aspeada que nomeia esse artigo ganha toda sua dimensão : “Só por que não sou quilombola!”, expressa o seguro desconforto que os não-negros têm, quando entendem que são “lesados” por não-brancos(reação semelhante a que verificamos quando homens afirmam que as

⁸ É preciso lembrar que há diferença entre o valor das bolsas destinadas para estudantes quilombolas e aquelas dos demais estudantes.

mulheres são excessivamente protegidas por leis como a Maria da Penha).

Tal situação é promovida e mantida quando não nos dispomos a discutir as desigualdades raciais no Brasil, ou quando abordamos desde as perspectivas do mito da democracia racial. De acordo com Francis W. Twine (1998), no Brasil, o mito da existência de um paraíso racial sustenta-se em seis pilares, a saber: 1) aceitação implícita da branquidão como norma ideal; 2) negação da raça como categoria socialmente relevante; 3) negação da raça como realidade física e louvação da mistura racial; 4) negação da existência de uma especificidade cultural africana e louvação da mistura cultural; 5) corte espacial (“não aqui”) e, 6) corte temporal (“não mais”).

O não questionamento desses pilares e sua naturalização, não somente possibilita sua manutenção como também exime a universidade da responsabilidade de desmontar essas certezas. Ou, nas palavras de Ana Flauzina, “não há o que discutir quanto à forma de lidar tanto com a escravidão, como com o racismo: por dentro da narrativa da dominação, suavizamos a primeira e negamos o segundo”(FLAUZINA,2006 :36).

Ao concordarmos com a assertiva de Dunker que, embora tenhamos assistido a uma

expressiva alteração de padrões de ganho e consumo que ocasionaram a passagem de milhões de pessoas da miséria faminta para a pobreza e da pobreza para a classe batalhadora não se fizeram acompanhar de uma alteração na distribuição dos bens simbólicos culturais e sociais.(DUNKER,2015:5)

concordamos também que o *ressentimento de classe* tem sua origem nessa ascensão que fez com que,

A segregação que antes se fazia a distância e sem afetação direta, conforme a assepsia impessoal que vigora na violência silenciosa dos condomínios, agora perdeu a vergonha e proclama abertamente seu mal-estar contra essa proximidade indesejável dos pobres. A antiga tolerância benevolente, com ou sem democracia racial, tornou-se ódio explícito. O poder perdeu a vergonha, em nome do medo e da inveja. Desaprendemos a lidar com a diferença, maltratada por anos de identidade artificialmente produzida intramuros. (DUNKER,2015:5)

Assim temos vivido uma proximidade que retira monstros do armário : o racismo articulado com os preconceitos de classe e gênero, negativiza presenças, criminaliza comportamentos e desumaniza estéticas promovendo, ou buscando promover, afastamentos antigos, distanciamentos que alimentam situações supostamente seguras. O que precisaremos responder, ou ao menos, o que precisamos compreender, é que a dinâmica das relações raciais desiguais é permanentemente alimentada por silêncios e invisibilidades, por naturalizações que confortam e conformam personagens de luz e sombras.

Esse artigo, representa o início de uma reflexão que precisa ser aprofundada urgentemente. Se, vários foram os obstáculos vencidos nos últimos anos, o atual cenário político parece fértil para que as sombras cresçam, se multipliquem e cubram a luz.

REFERÊNCIAS

- BENEDICTO. Ricardo Matheus, *Sobre o pensamento crítico como supremo dever do “Intelectual Orgânico”*. In: MOORE. Carlos, **O marxismo e a questão racial: Karl Marx e Friedrich Engels frente ao racismo e à escravidão**. BH:Nandyala /Uberlândia:Cenafro,2010.(Coleção Repensando África, volume 5)
- CARONE. Iray, *Breve histórico de uma pesquisa psicossocial sobre a questão racial brasileira*. In : CARONE.Iray & SILVA BENTO.Maria Aparecida (orgs.). **Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**.Petrópolis RJ:Vozes,2014.
- CARVALHO. José Jorge de, **Uma proposta de continuidade das cotas raciais e vagas para indígenas na Universidade de Brasília como complemento ao modelo de cotas de escola pública definido pela Lei Federal No. 12.711**. Mimeo, 2014.

DUNKER. Christian Ingo Lenz, *Ressentimento de classe*. In: **Le Monde Diplomatique Brasil**, ano 9- No. 97, ago.2015.

FLAUZINA. Ana Luiza Pinheiro, **Corpo negro caído no chão – o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro**. In: repositorio.bce.unb.br/.../5117/1/2006_AnaLuizaPinheiroFlauzina.pdf . Acessado em 12/05/2015.

GELEDÉS – Instituto da Mulher Negra. **Racismo institucional uma abordagem conceitual**.In: <http://www.geledes.org.br/racismo-institucional-uma-abordagem-teorica-e-guia-de-enfrentamento-do-racismo-institucional>. Acessado em 28/07/2015.

MAZAMA.Ama, *Afrocentricidade como um novo paradigma*. In: NASCIMENTO.Elisa Larkin (org.). **Afrocentricidade : uma abordagem epistemológica inovadora**. S.P: Selo Negro, 2009 (Sankofa: matrizes africanas da cultura brasileira;4)

MUNANGA.Kabengele, **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil : identidade nacional versus identidade negra**. BH:Autêntica,2004.

Sites pesquisados:

Sobre a Faculdade UnB Planaltina- FUP : <http://www.fup.unb.br/>